

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

ANALFABETISMO -----
ESCOLARIDADE -----
PIB PER CAPITA -----
RAZÃO DE RENDA -----
PROPORÇÃO DE POBRES -----
DESEMPREGO -----
TRABALHO INFANTIL -----

TAXA DE ANALFABETISMO

1. Conceituação

Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem, na população total residente da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

Mede o grau de analfabetismo da população adulta.

3. Usos

- ⌘ Analisar variações geográficas e temporais do analfabetismo, identificando situações que podem demandar avaliação mais aprofundada.
- ⌘ Dimensionar a situação de desenvolvimento socioeconômico de um grupo social em seu aspecto educacional.
- ⌘ Propiciar comparações nacionais e internacionais¹.
- ⌘ Contribuir para a análise das condições de vida e de saúde da população, utilizando esse indicador como proxy da condição social. A atenção à saúde das crianças é influenciada positivamente pela alfabetização da população adulta, sobretudo das mães.
- ⌘ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de saúde e de educação. Pessoas não alfabetizadas requerem formas especiais de abordagem nas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde.

4. Limitações

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, uma das fontes usualmente utilizadas para construir esse indicador, não cobre a zona rural da região Norte (exceto o estado do Tocantins) e não permite desagregações dos dados por município.

5. Fonte

- IBGE: ⌘ Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

¹ Níveis de analfabetismo acima de 5% são considerados inaceitáveis internacionalmente. Unesco, *Boletín Proyecto Principal de Educación. Número 32, Diciembre 1993.*

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número de pessoas residentes de 15 e mais anos de idade, que não sabem ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem}}{\text{população total residente desta faixa etária}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

- ∞ Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas. Municípios das capitais, em anos censitários.
- ∞ Sexo: masculino e feminino.
- ∞ Situação do domicílio: urbana e rural.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa de analfabetismo (%) da população de 15 ou mais anos de idade.
Brasil e grandes regiões – 1992, 1996 e 1999.

Região	1992			1996			1999		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Brasil	16,6	17,8	17,2	14,5	14,9	14,7	13,4	13,3	13,4
Norte	13,7	14,7	14,2	12,1	12,7	12,4	12,7	12,0	12,3
Nordeste	34,8	30,9	32,8	31,1	26,6	28,7	28,7	24,6	26,6
Sudeste	9,0	12,6	10,9	7,5	9,9	8,7	6,8	8,7	7,8
Sul	8,9	11,5	10,2	7,8	9,9	8,9	7,1	8,4	7,8
Centro-Oeste	14,5	14,8	14,6	11,0	11,7	11,4	10,6	10,8	10,7

Fonte: IBGE: Pnad 1992, 1996 e 1999.

Entre 1992 e 1999, houve redução da taxa de analfabetismo no País, com pequenas diferenças na distribuição por sexo. Observa-se, contudo, que uma parcela significativa da população adulta brasileira (13%) ainda era analfabeta em 1999. Na região Nordeste, a proporção de analfabetos correspondia a mais de um quarto da população com 15 anos e mais de idade (27%). As regiões Sudeste e Sul apresentam taxas bem menores (8%), porém acima de valores máximos aceitáveis para fins de comparação internacional.

Dados analisados segundo a situação do domicílio (não constantes da tabela) indicam grandes disparidades. Nas áreas urbanas, a taxa de analfabetismo para 1999 variou de 19,1%, no Nordeste, a 6,4%, no Sudeste, enquanto no meio rural destas mesmas regiões oscilou entre 41,0% e 19,4%, respectivamente.

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

1. Conceituação

Distribuição percentual da população residente de 15 e mais anos de idade, por grupos de anos de estudo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ⌘ Expressa níveis de instrução da população de 15 anos e mais de idade.
- ⌘ O nível de instrução inferior a quatro anos de estudo tem sido utilizado como proxy do analfabetismo funcional, embora o significado deste conceito seja mais amplo¹.

3. Usos

- ⌘ Analisar variações geográficas e temporais dos níveis de escolaridade, identificando situações que podem demandar avaliação mais aprofundada.
- ⌘ Dimensionar a situação de desenvolvimento educacional, utilizada como proxy da condição socioeconômica da população.
- ⌘ Propiciar comparações nacionais e internacionais dos níveis de escolaridade da população.
- ⌘ Contribuir para a análise dos fatores condicionantes da situação de saúde. O nível de escolaridade dos responsáveis pela condução da família tem influência significativa sobre as condições de atenção à saúde das crianças.
- ⌘ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de saúde e de educação. O grau de escolaridade é elemento essencial a ser considerado na abordagem da população quanto às práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde.

4. Limitações

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, fonte usualmente utilizada para construir esse indicador, não cobre a zona rural da região Norte (exceto o estado do Tocantins) e não permite desagregações dos dados por município.

5. Fonte

- IBGE: ⌘ Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

¹ Unesco. *Alfabetismo funcional em sete países de América Latina*. Santiago – Chile, abril de 2000: “Analfabeto funcional é o indivíduo que não pode participar em atividades nas quais a alfabetização é requerida para atuação eficaz em seu grupo ou comunidade, nem fazer uso contínuo da leitura, da escrita e da aritmética para desenvolvimento próprio e de sua comunidade”.

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número de pessoas residentes de 15 e mais anos de idade, por grupo de anos de estudo}}{\text{população total residente desta faixa etária}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

- ⌘ Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.
- ⌘ Sexo: masculino e feminino.
- ⌘ Escolaridade: < 1, um a três, quatro a sete, oito e mais anos de estudo.
- ⌘ Situação do domicílio: urbana e rural.

8. Dados estatísticos e comentários

Proporção (%) da população de 15 anos e mais de idade com escolaridade inferior a quatro anos de estudo, segundo situação do domicílio. Brasil e grandes regiões – 1992, 1996 e 1999.

Região	1992			1996			1999		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Brasil *	30,0	64,7	37,1	26,5	58,3	32,6	23,9	54,1	29,6
Norte **	33,6	67,2	35,4	31,2	64,7	32,7	28,9	53,9	30,0
Nordeste	42,1	78,6	55,4	38,5	72,5	50,1	35,5	67,4	46,4
Sudeste	26,1	57,3	29,5	22,0	48,3	24,7	19,6	45,5	22,3
Sul	25,1	40,6	29,0	22,3	36,1	25,4	19,3	31,9	22,0
Centro-Oeste	28,6	54,9	33,5	26,5	46,8	30,2	23,3	42,6	26,7

* Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

** População rural apenas do estado de Tocantins.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1992, 1996 e 1999.

A tabela mostra que a proporção de adultos analfabetos funcionais vem decrescendo ao longo da década, mas ainda mantém-se em níveis elevados, mesmo na área urbana (24%, em 1999). No meio rural, mais da metade dos adultos (54%) tinha, em 1999, escolaridade inferior a quatro anos de estudo, proporção que variou de 67%, no Nordeste, a 32%, no Sul.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA

1. Conceituação

Valor médio agregado por indivíduo, em moeda corrente e a preços de mercado, dos bens e serviços finais produzidos em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ⌘ Mede a produção, por habitante, do conjunto dos setores da economia.
- ⌘ Indica o nível de produção econômica em um território, em relação ao seu contingente populacional. Valores muito baixos assinalam, em geral, a existência de segmentos sociais com precárias condições de vida.

3. Usos

- ⌘ Analisar os diferenciais geográficos e temporais da produção econômica, identificando desníveis na produção média da renda nacional.
- ⌘ Contribuir para a análise da situação social, identificando espaços cujo desempenho econômico pode demandar mais atenção para investimentos na área social.
- ⌘ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de interesse social.

4. Limitações

- ⌘ A situação média representada pelo indicador pode estar condicionada por forte concentração de riqueza no estrato superior de renda, não deixando transparecer a existência de situações de pobreza extrema.
- ⌘ Séries históricas defrontam-se com eventuais mudanças da moeda nacional e perdas do poder aquisitivo da moeda. As comparações intertemporais devem ser feitas com valores corrigidos.

5. Fonte

IBGE: ⌘ Contas Nacionais.

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{valor do PIB em moeda corrente, a preços de mercado}}{\text{população total residente}}$$

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados e Distrito Federal.

8. Dados estatísticos e comentários

Produto interno bruto (PIB) per capita.
Brasil e grandes regiões – 1996 e 1998.

Região	1996 (R\$)	1996* (R\$)	1998 (R\$)	Variação real (%)
Brasil	4.496	5.539	5 648	2,0
Norte	3.188	3.570	3.447	-3,4
Nordeste	2.287	2.561	2.603	1,6
Sudeste	6.734	7.541	7.706	2,2
Sul	5.958	6.672	6.611	-0,9
Centro-Oeste	4.495	5.034	5.681	12,9

* Valores corrigidos pelo IGP-DI acumulado de julho a junho de cada ano.
Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais.

Os valores para 1996 estão apresentados nas duas primeiras colunas, a segunda com valores corrigidos para permitir a comparação com 1998. A última coluna mostra a variação resultante dessa comparação.

Ao eliminar o efeito da inflação acumulada, percebe-se que o PIB per capita do Brasil aumentou apenas 2%. As regiões Norte e Sul apresentaram descenso no PIB per capita, mais acentuado na região Norte (3,4%), enquanto o maior crescimento (12,9%) ocorreu na região Centro-Oeste.

A produção média da economia da região Sudeste é cerca de três vezes maior que a do Nordeste. Portanto, se a produção de cada uma dessas regiões fosse igualmente distribuída, o cidadão do Sudeste teria um poder de consumo cerca de três vezes maior.

RAZÃO DE RENDA

1. Conceituação

Número de vezes que a renda do quinto superior da distribuição da renda (20% mais ricos) é maior do que a renda do quinto inferior (20% mais pobres), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

- ⌘ Expressa a concentração da renda pessoal, ao comparar os estratos extremos de renda.
- ⌘ Quanto mais elevados os valores, maior o desnível de renda entre grupos populacionais dos estratos considerados.

3. Usos

- ⌘ Analisar diferenciais na concentração da renda pessoal entre os estratos superior e inferior da população, identificando tendências e situações de desigualdade que podem demandar estudos especiais.
- ⌘ Contribuir para a análise da situação socioeconômica da população, identificando segmentos que requerem maior atenção de políticas públicas de saúde, educação e proteção social, entre outras.
- ⌘ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda.

4. Limitações

- ⌘ A informação está baseada na "semana anual de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada naquele período.
- ⌘ Os dados são fornecidos espontaneamente pelo informante, que pode ser seletivo nas suas declarações.
- ⌘ A fonte usualmente utilizada para construir o indicador (Pnad) não cobre a zona rural da região Norte (exceto Tocantins) e não permite desagregações dos dados por município.

5. Fonte

- IBGE: ⌘ Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{valor agregado do quinto superior de renda domiciliar per capita}}{\text{valor agregado do quinto inferior de renda domiciliar per capita}}$$

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.

8. Dados estatísticos e comentários

Razão de renda.
Brasil e grandes regiões – 1992, 1996 e 1999.

Região	1992	1996	1999
Brasil	26,0	29,4	26,2
Norte	21,7	22,5	20,6
Nordeste	26,3	28,0	23,6
Sudeste	19,1	21,2	19,9
Sul	18,8	20,5	20,7
Centro-Oeste	21,7	24,5	22,7

Fonte: IBGE: Pnad - 1992, 1996 e 1999.

A tabela mostra a extensão da disparidade de renda existente no Brasil. Em 1999, as pessoas situadas nos 20% superiores da distribuição da renda (os mais ricos) apresentavam, em média, rendimentos 26 vezes mais elevados do que aqueles situados nos 20% inferiores (os mais pobres)¹. Em termos regionais, as disparidades de renda são mais acentuadas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.

¹ Essa situação pode ser exemplificada pela comparação de duas famílias hipotéticas, que representam a condição média dos dois extremos de renda (20% inferior e 20% superior). Na primeira, constituída de um casal e quatro filhos, só um adulto trabalha, recebendo salário mínimo (R\$ 180,00), que corresponde à renda *per capita* de R\$ 30,00. Na segunda família, com a mesma estrutura, a pessoa que trabalha tem uma renda de R\$ 4.710,00, que corresponde à renda per capita de R\$ 785,00. A razão de renda dessas duas famílias é o quociente de R\$ 785,00 por R\$ 30,00, ou seja, 26,2 vezes.

PROPORÇÃO DE POBRES

1. Conceituação

Percentual da população residente com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

Expressa a proporção da população geral considerada em estado de pobreza, de acordo com a renda familiar mensal per capita.

3. Usos

- ⌘ Dimensionar o contingente de pessoas em condições precárias de sobrevivência.
- ⌘ Analisar variações geográficas e temporais da proporção de pobres, identificando situações que podem demandar avaliação mais aprofundada.
- ⌘ Contribuir para a análise da situação socioeconômica da população, identificando estratos que requerem maior atenção de políticas públicas de saúde, educação e proteção social, entre outras.
- ⌘ Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda.

4. Limitações

- ⌘ A informação está baseada na "semana anual de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada naquele período.
- ⌘ A fonte usualmente utilizada para construir o indicador (Pnad) não cobre a zona rural da região Norte (exceto Tocantins) e não permite desagregações dos dados por município.
- ⌘ Séries históricas defrontam-se com eventuais mudanças do poder aquisitivo do salário mínimo. As comparações intertemporais devem ser feitas com valores corrigidos, com relação a um salário mínimo específico.

5. Fonte

IBGE: ⌘ Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{população residente com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo}}{\text{população total residente}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.

8. Dados estatísticos e comentários

Proporção (%) de pobres.
Brasil e grandes regiões – 1992, 1996 e 1999.

Região	1992	1996	1999
Brasil *	32,6	24,6	25,6
Norte **	40,4	28,9	30,8
Nordeste	53,7	46,0	47,1
Sudeste	21,0	13,4	14,2
Sul	23,4	15,9	17,6
Centro-Oeste	30,6	20,8	21,0

* Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. ** Exclusive a população rural.
Nota: os valores da renda dos anos de 1992 e de 1996 foram inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999 e expressos em salários mínimos de 1999.
Fonte: IBGE: Pnad - 1992, 1996 e 1999, microdados.

Entre 1992 e 1999, observa-se redução da proporção de pessoas que vivem com até meio salário mínimo de rendimento familiar per capita, em todas as regiões brasileiras, o que provavelmente resulta da estabilização da moeda, com o advento do Plano Real. A região Nordeste apresenta a maior proporção de pessoas pobres, seguida da região Norte.

TAXA DE DESEMPREGO

1. Conceituação

- ⌘ Percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- ⌘ Define-se como população economicamente ativa (PEA) o contingente de pessoas de 10 anos e mais de idade que está trabalhando ou procurando trabalho.

2. Interpretação

- ⌘ Mede o grau de insucesso das pessoas que desejam trabalhar e não conseguem encontrar uma ocupação no mercado de trabalho.
- ⌘ Taxas elevadas de desemprego resultam na perda do poder aquisitivo e na desvinculação a algum plano de saúde de empresa, o que pressupõe aumento da demanda ao Sistema Único de Saúde.

3. Usos

- ⌘ Analisar variações geográficas e temporais na distribuição do desemprego, identificando tendências e situações de desigualdade que podem demandar a realização de estudos especiais.
- ⌘ Subsidiar a análise da condição social, identificando oscilações do mercado de trabalho.
- ⌘ Contribuir para a análise da situação socioeconômica da população, identificando estratos que requerem maior atenção de políticas públicas de saúde, educação e proteção social, entre outras.

4. Limitações

- ⌘ A informação está baseada na "semana anual de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a desocupação informada para aquele período.
- ⌘ Não mede aspectos qualitativos do desemprego.
- ⌘ A fonte usualmente utilizada para construir o indicador (Pnad) não cobre a zona rural da região Norte (exceto Tocantins) e não permite desagregações dos dados por município.

5. Fonte

- IBGE: ⌘ Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{número de residentes de 10 anos e mais de idade que se encontram desocupados e procurando trabalho, na semana de referência}}{\text{número de residentes economicamente ativos desta faixa etária}} \times 100$$

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa de desemprego (%).
Brasil e grandes regiões – 1992, 1996 e 1999.

Região	1992	1996	1999
Brasil*	6,5	7,1	9,6
Norte**	7,9	7,9	11,4
Nordeste	6,2	6,2	8,0
Sudeste	7,5	8,0	11,2
Sul	4,6	5,6	8,0
Centro-Oeste	6,3	8,4	9,6

* Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

** Somente área urbana, exceto no estado do Tocantins.

Fonte: IBGE: Pnad - 1992, 1996 e 1999.

A tabela mostra o aumento do desemprego em todas as regiões brasileiras no período considerado. Observa-se, em 1999, situação comparativamente melhor na região Nordeste (8,0%) em relação à Sudeste (11,2%), fenômeno que deve ser interpretado em função de fluxos migratórios.

TAXA DE TRABALHO INFANTIL (TAXA DE ATIVIDADE INFANTIL)

1. Conceituação

Percentual da população residente de 10-14 anos de idade que se encontra trabalhando ou procurando trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

2. Interpretação

Expressa a magnitude da ocupação laboral de crianças de 10 a 14 anos de idade.

3. Usos

- ⌘ Analisar variações geográficas e temporais na distribuição do trabalho infantil, identificando situações que podem demandar a realização de estudos especiais.
- ⌘ Subsidiar a análise da condição social desse grupo populacional específico e a identificação de fatores contribuintes que requerem maior atenção de políticas públicas de saúde, educação, trabalho e proteção social, entre outras.

4. Limitações

- ⌘ A informação está baseada na "semana anual de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a situação informada para aquele período.
- ⌘ A fonte usualmente utilizada para construir o indicador (Pnad) não cobre a zona rural da região Norte (exceto Tocantins) e não permite desagregações dos dados por município.

5. Fonte

IBGE: ⌘ Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

6. Método de cálculo

número de crianças residentes de 10-14 anos de idade que se encontram trabalhando ou procurando emprego na semana de referência
população total residente desta mesma faixa etária x 100

7. Categorias sugeridas para análise

Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados, Distrito Federal e regiões metropolitanas.

8. Dados estatísticos e comentários

Taxa de trabalho infantil (%).
Brasil e grandes regiões – 1992, 1996 e 1999.

Região	1992	1996	1999
Brasil	22,4	16,8	16,6
Norte	16,5	11,2	16,0
Nordeste	29,2	22,5	24,5
Sudeste	15,7	11,4	9,4
Sul	26,8	20,3	18,4
Centro-Oeste	24,1	16,8	16,2

Fonte: IBGE: Pnad.

Comparando-se os anos de 1992 e de 1999, as taxas decresceram em todas as regiões do País. As regiões Norte e Nordeste apresentaram flutuação na série, com o menor valor no ano de 1996. As taxas mais elevadas sempre corresponderam à região Nordeste, onde de cada quatro crianças de 10 a 14 anos, em 1999, uma fazia parte da população economicamente ativa.

A redução da participação de crianças no mercado de trabalho pode estar associada às dificuldades de absorção pelo mercado ou estar significando uma maior permanência na escola. Outra hipótese para interpretar a redução seria considerar os efeitos ou resultados de políticas públicas específicas, relativas à erradicação do trabalho infantil.